

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 13-12-2017

Ata nº 25

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	F
Vítor Sílvio Cardadeiro	Vereador	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Maria José Rodrigues Dias	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 07-12-2017

Operações Orçamentais	62.525,22€
Operações de Tesouraria	607.360,45€
Documentos	89.293,89€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Técnica Superior da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

Abriu a Reunião a Vice-Presidente, dando a palavra aos Vereadores que possuíssem algum assunto para ser discutido neste período da reunião.

Solicitou a palavra a Vereadora Maria José Rodrigues Dias, questionando os Vereadores a tempo inteiro sobre a situação dos edifícios da Antiga Alfandega de Cristóval.

O Vereador José Adriano Lima, referiu que ainda quando desempenhava a função de Chefe de Gabinete, ou seja, no mandato anterior, foi apresentado à tutela um projeto de índole social para aquele espaço, em concreto, uma aldeia social, no âmbito da cedência do mesmo. Depois disso, o Executivo tem procurado obter o conveniente financiamento para viabilizar o projeto, mas tal não foi possível, até ao momento. O Sr. Presidente tentou até que o investimento fosse feito por privados. O Vereador acrescentou que, no entanto, o Sr. Presidente numa conversa informal lhe disse que contava no início do próximo ano possuir novidades acerca daquele espaço.

O Vereador Vítor Cardeiro requereu a palavra para interrogar os presentes se existia no Protocolo de Cedência realizado com o Estado uma data para o edifício reverter para o mesmo.

O Vereador José Adriano Lima disse que pelo que tinha conhecimento a cedência foi realizada por um período de 50 anos.

O Vereador Vítor Cardadeiro, esclareceu que a sua questão teve origem numa conversa que presenciou em Cristóval, de alguns populares, que dizem que não executando o Município intervenções nos edifícios durante um período de tempo, os mesmos revertiam, novamente, a favor do Estado.

O Vereador José Adriano Lima afirmou que apesar do prazo de cedência ser de 50 anos a ideia de investir na reabilitação do local é um projeto de curto prazo e desde que o Protocolo se encontra em vigor o Município exerceu sempre as suas obrigações, nomeadamente, de limpeza.

A Vice-Presidente acrescentou que esta era uma preocupação já do anterior mandato e que se mantém no presente, uma vez, que o local de facto é merecedor do investimento.

O Vereador José Adriano Lima afirmou que o problema é mesmo a questão de investimento.

A Vereadora Maria Sameiro Lima requereu a palavra para fazer um agradecimento na qualidade de Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa de Melgaço, relativo a ação de angariação de alimentos, no âmbito do “Banco Alimentar”. Começou por agradecer ao Executivo por ter fornecido o meio de transporte para fazer a entrega em Viana do Castelo dos alimentos angariados durante os dois dias da ação, ao Sr. João, carpinteiro do Município, que se disponibilizou para se deslocar até Viana do Castelo, nesses dois dias. Por último, agradeceu a todos os voluntários e ainda a todas as superfícies participantes, fazendo referência, que este ano houve a participação de mais uma superfície, sendo, portanto, três superfícies, o Intermarché, o Minipreço e o Meu Super.

O Vereador José Custódio Domingues interrogou a Vereadora sobre os resultados da angariação.

A Vereadora Maria Sameiro Lima, disse que ainda não lhe tinham sido fornecidos os dados oficiais, mas que extraoficialmente, sabia que foram aproximadamente, no sábado, 1170 kg e no domingo, 1075 kg.

O Vereador José Custódio Domingues quis referir que as luzes com a designação “Melgaço” que se encontram colocadas na Rotunda de Galvão, estão desligadas, talvez pelo temporal do último fim de semana, considerou ser importante proceder à reparação, pois situam-se na entrada da Vila.

O Vereador José Adriano Lima, respondeu que já tinha tomado conta do assunto e que de imediato iria informar os serviços para procederem à reparação.

No final do período antes da ordem do dia os Vereadores trocaram impressões sobre o temporal do último fim de semana, concluindo que apesar de tudo, o concelho de Melgaço não foi dos mais afetados.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

316. Presente para efeitos de análise e votação a Ata nº24 de 29-11-2017.

Relativamente a este assunto solicitou a palavra a Vereadora Maria José Rodrigues Dias para rogar pela existência de um comprovativo de entrada das declarações de votos, uma vez, que ela não sabia se os Vereadores do PS tinham cumprido os prazos expressos no Regimento.

A secretária da Reunião de Câmara pediu a palavra para dizer à Vereadora que o serviço de Reunião de Câmara era um serviço independente e isento e que o mesmo era realizado pela secretária nos mesmos moldes, isto é, com isenção e respeito pela lei e pelo Regimento em vigor. Desta forma, nunca seria realizado qualquer ato que favorecesse qualquer um dos Vereadores em relação aos restantes.

A Vereadora Maria José Rodrigues Dias referiu que se tratava de uma questão de transparência e que se de facto não havia nada a ocultar não percebia qual seria o problema de colocar a data e a hora em que as declarações de voto dão entrada.

A Vice-Presidente interveio dizendo que se está a cumprir na íntegra o previsto no Regimento e que todos se encontram a exercer cargos públicos de boa-fé e no cumprimento da lei.

O Vereador Vítor Cardadeiro disse que este assunto já foi debatido em Assembleia Municipal e que nesse órgão foi deliberado fazer-lo, que em Reunião de Câmara também seria possível fazer.

O Vereador José Adriano Lima afirmou que, este tipo de situações, punham em causa a mesa e neste caso a secretária da Reunião de Câmara, pois por mais que exista confiança com os funcionários que realizam esta função seria impensável estar a colocá-los nessa situação de fragilidade. Afirmou que nunca, os Vereadores do PS fariam tal ato e que em nenhum momento colocariam quem exerce as funções em situações de deslealdade, pois não é assim que praticam as suas atribuições públicas.

A Vereadora Maria José Rodrigues Dias reiterou que para ela seria importante e que para a secretária seria uma salvaguarda.

A Vice – Presidente disse que não considerava em absoluto uma salvaguarda pois estava a colocar e evidência a secretária e todos os presentes, insinuando algo desonesto.

Depois de discutido este assunto a Vereadora Maria José Rodrigues Dias, disse que antes de se proceder à deliberação da ata pretendia que fossem feitas umas pequenas alterações. Assim, pediu à secretária para executar alterações no período de intervenção do público.

Antes da deliberação foi ainda debatido pelos Vereadores a forma como se devem desenvolver as intervenções do público em reuniões futuras.

O Executivo deliberou por maioria, com a abstenção da vereadora Maria José Rodrigues Dias, aprovar a Ata nº24 de 29-11-2017.

317. Justificação de falta.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

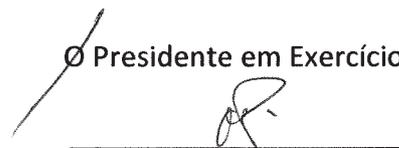
318. Presente requerimento apresentado por MARIA CRISTINA GONÇALVES CAVALHEIRO DA COSTA, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas de acordo com o nº 4 do artº46º do C.I.M.I, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão de prédio em ruínas nos termos e para os efeitos da informação nº8436, de 23-11-2017 e nº8524, de 28-11-2017, de acordo com o nº4 do artigo 46º do C.I.M.I

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.24 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente em exercício, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, ~~Saraia Fay Domingues~~, Técnica Superior da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

Ø Presidente em Exercício,



Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso